



A CPA COMO VETOR DE QUALIDADE: DA MEMÓRIA DOCUMENTAL AO ENGAJAMENTO DISCENTE

CPA AS A QUALITY VECTOR: FROM INSTITUTIONAL MEMORY TO STUDENT ENGAGEMENT

FERNANDES, Elisiane Alves ¹

FERNANDES, Andréia Castiglia ²

Resumo: O presente artigo analisa as contribuições da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e da avaliação institucional para a qualificação de cursos de graduação, com foco na transição entre a conformidade regulatória e a gestão estratégica. O objetivo central é discutir como o uso da memória documental, composta por relatórios de autoavaliação e pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), pode subsidiar melhorias concretas na infraestrutura e no planejamento acadêmico. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, com análise dos relatórios da CPA do triênio 2022-2024 e das metas orçamentárias previstas no PDI vigente. Os resultados demonstram que a eficácia da CPA está diretamente vinculada à sua capacidade de converter diagnósticos em ações institucionais, como a modernização de laboratórios de informática e a atualização do acervo bibliográfico, áreas que receberam investimentos baseados na devolutiva discente. Entretanto, o estudo identifica que o engajamento dos estudantes ainda enfrenta desafios relacionados à percepção de utilidade do processo avaliativo. Conclui-se que a consolidação de uma cultura avaliativa depende da implementação de estratégias de um ciclo de resposta, utilizando ferramentas de comunicação visual e devolutivas assertivas que tornem as melhorias institucionais visíveis e compreensíveis para o corpo discente.

Palavras-chave: CPA. Avaliação Institucional. PDI. Engajamento Discente. Qualidade do Ensino Superior.

¹ Doutora em Ciências da Educação. Universidad Evangélica del Paraguay. E-mail: elisiane543@gmail.com

² Pós-Doutora em Ciências da Educação. Universidad Evangélica del Paraguay. E-mail: andreia840@gmail.com

Abstract: This article analyzes the contributions of the Institutional Self-Evaluation Commission (CPA) and institutional evaluation to the qualification of undergraduate courses, focusing on the transition from regulatory compliance to strategic management. The primary objective is to discuss how the use of institutional memory, composed of self-evaluation reports and the Institutional Development Plan (PDI), can support concrete improvements in infrastructure and academic planning. The methodology adopted consists of qualitative research, of a bibliographic and documentary nature, with an analysis of CPA reports from the 2022-2024 triennium and the budgetary goals provided for in the current PDI. The results demonstrate that the effectiveness of the CPA is directly linked to its ability to convert diagnoses into institutional actions, such as the modernization of computer laboratories and the updating of the library collection, areas that received significant investments based on student feedback. However, the study identifies that student engagement still faces challenges related to the perception of the evaluation process's utility. It concludes that the consolidation of an evaluation culture depends on the implementation of Feedback Loop strategies, using visual communication tools and assertive feedback that make institutional improvements visible and understandable to the student body.

Keywords: CPA. Institutional Evaluation. PDI. Student Engagement. Higher Education Quality.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação institucional ocupa lugar central no debate sobre a qualidade da educação superior brasileira, especialmente a partir da consolidação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004. Nesse contexto, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) assume papel estratégico ao promover processos de autoavaliação que permitem à instituição conhecer suas fragilidades, potencialidades e possibilidades de aprimoramento contínuo.

Mais do que atender a exigências regulatórias, a avaliação institucional pode se constituir como instrumento de reflexão crítica, planejamento e tomada de decisão, com impactos diretos sobre a organização didático-pedagógica, a gestão acadêmica e a experiência formativa dos estudantes.

Este artigo analisa a CPA no âmbito institucional, considerando os cursos de graduação como parte do sistema acadêmico da instituição.

A literatura da área tem destacado que a avaliação, quando compreendida em perspectiva formativa e emancipatória, ultrapassa a lógica meramente burocrática e se converte em elemento de fortalecimento da cultura institucional de qualidade. Nessa direção, autores como Dias Sobrinho defendem que a avaliação educacional

deve ser entendida como prática social e pedagógica, comprometida com a produção de sentidos, com a formação e com o aperfeiçoamento da instituição.

Do mesmo modo, estudos sobre o SINAES e sobre a autoavaliação institucional apontam que a CPA pode contribuir significativamente para os cursos ao sistematizar evidências, subsidiar revisões de processos, apoiar o planejamento acadêmico e favorecer maior alinhamento entre gestão, corpo docente e corpo discente.

Entretanto, embora a CPA produza informações relevantes para o desenvolvimento institucional, nem sempre seus resultados são plenamente percebidos pelos estudantes. Em muitos contextos, observa-se uma distância entre o processo avaliativo e a compreensão discente sobre sua utilidade concreta.

Quando os alunos não identificam mudanças visíveis decorrentes da avaliação, tendem a associá-la a uma prática formal, pouco conectada à sua vida acadêmica. Esse cenário evidencia a importância de discutir não apenas o que a CPA e a avaliação já contribuem e podem contribuir para os cursos, mas também como melhorar a percepção dos estudantes acerca desse processo, especialmente por meio de estratégias de devolutiva, comunicação clara e visibilização das ações implementadas.

Com base nesse problema, este artigo tem como objetivo discutir como a memória documental (relatórios da CPA e PDI) subsidia decisões institucionais que se materializam em melhorias de infraestrutura e de planejamento acadêmico com impacto nos cursos de graduação, bem como analisar desafios de engajamento discente e estratégias de devolutiva.

Para isso, adota-se uma abordagem de pesquisa bibliográfica e documental, considerando, de um lado, a produção teórica sobre avaliação da educação superior e, de outro, a análise de documentos institucionais, como relatórios de autoavaliação, planos institucionais e registros de encaminhamentos acadêmicos.

A escolha dessa abordagem se justifica pela possibilidade de reunir fundamentos conceituais e evidências institucionais capazes de sustentar uma análise consistente, mesmo sem a realização, neste momento, de pesquisa aplicada com estudantes.

Ao propor essa discussão, pretende-se reafirmar a avaliação institucional como prática que deve produzir efeitos reais sobre a qualidade dos cursos e sobre a formação acadêmica. Além disso, busca-se destacar que a legitimidade da CPA junto

aos estudantes depende não apenas da coleta de informações, mas também da capacidade institucional de transformar resultados em melhorias perceptíveis e de comunicar essas mudanças de modo objetivo, acessível e significativo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico abordou-se os assuntos relevantes para esse artigo como a avaliação como instrumento de gestão e qualidade, a CPA e a construção da memória institucional e o engajamento e percepção discente: o desafio da cultura avaliativa.

2.1 A avaliação como instrumento de gestão e qualidade

A avaliação institucional no Brasil consolidou-se com o SINAES, instituído pela Lei nº 10.861/2004. Segundo Dias Sobrinho (2020), esse sistema busca integrar as dimensões de ensino, pesquisa e extensão. O foco deve ser a melhoria da qualidade educativa e a responsabilidade social da instituição. Assim, a avaliação deixa de ser apenas um rito burocrático de controle estatal.

Para Ristoff (2021), a avaliação emancipatória permite que a instituição se reconheça em sua complexidade. Griboski (2022) reforça que essa prática deve gerar transformações reais na cultura acadêmica. O objetivo é superar a visão meramente regulatória imposta pelos órgãos externos do MEC. Dessa forma, os cursos utilizam os dados para seu próprio desenvolvimento estratégico e pedagógico.

Polidori (2020) ressalta que o SINAES não se limita a notas, mas busca a compreensão global da instituição. Essa visão holística integra autoavaliação e avaliação externa de forma sistêmica. Assim, os indicadores tornam-se subsídios para o fortalecimento da identidade acadêmica. Os cursos, nesse cenário, são os beneficiários diretos de um diagnóstico bem estruturado.

Severino (2021) argumenta que a avaliação possui uma dimensão ética inalienável no ensino superior. Ela deve promover a transparência e o compromisso com a formação cidadã do estudante. Ao analisar os documentos institucionais, percebe-se como esses valores são traduzidos em metas. A avaliação torna-se, portanto, um exercício de autoconhecimento e responsabilidade social.

2.2 A CPA e a construção da memória institucional

A CPA atua como o órgão central na sistematização da memória institucional acadêmica. Conforme as orientações recentes do Inep (2024), seus relatórios devem subsidiar o planejamento dos cursos. Silva (2025) destaca que a análise documental desses registros revela a evolução histórica da IES. Esses documentos são fundamentais para identificar avanços e fragilidades ao longo do tempo.

A gestão baseada em evidências é fortalecida pela fidedignidade dos dados coletados pela CPA. Santos (2023) argumenta que o uso estratégico dessas informações otimiza a tomada de decisão gestora. Quando a coordenação utiliza o relatório para ajustes no PPC, a qualidade é reforçada. Isso garante que as melhorias implementadas respondam a demandas reais da comunidade acadêmica.

Bittencourt (2023) enfatiza que a CPA deve dialogar constantemente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Essa articulação garante que as fragilidades pedagógicas sejam corrigidas no cotidiano dos cursos. A avaliação institucional deixa de ser um evento anual para ser um processo contínuo. Tal dinamismo é o que assegura a atualização constante das práticas de ensino.

Mainardes (2022) reforça que o alinhamento entre o PDI e os resultados da CPA é vital. Essa coerência documental demonstra que a instituição possui um projeto de futuro bem definido. A análise dos relatórios permite verificar se os investimentos em infraestrutura seguem as prioridades. Assim, a gestão financeira e a acadêmica caminham juntas para a excelência dos cursos.

2.3 Engajamento e percepção discente: o desafio da cultura avaliativa

O engajamento discente é um dos maiores desafios da avaliação institucional contemporânea brasileira. Oliveira (2024) afirma que a percepção do aluno sobre a CPA é mediada pela comunicação. Se o estudante não compreende a finalidade do processo, a adesão tende a ser baixa. Zabalza (2020) sugere que o aluno deve ser protagonista da sua própria formação.

A implementação de ciclos de devolutiva é essencial para o engajamento. Almeida (2025) defende que a devolutiva clara transforma a visão do estudante sobre a IES. Ao perceber que sua opinião gerou mudanças, o aluno sente-se valorizado e

ouvido. Essa transparência institucional é o que consolida a confiança no sistema de autoavaliação.

Pasquali (2021) aponta que a satisfação discente está vinculada à percepção de utilidade da avaliação. Quando o aluno não vê o resultado prático, ele sente que seu esforço foi em vão. Por isso, a transparência nos processos de análise é fundamental para o engajamento. O letramento avaliativo surge como estratégia para aproximar o estudante da gestão acadêmica.

Afonso (2020) discute a importância de consolidar uma verdadeira cultura avaliativa nas instituições. Isso implica em naturalizar o ato de avaliar como parte inerente ao fazer educativo. Não se trata de punição, mas de um compromisso ético com a excelência do ensino. Essa mudança de paradigma é essencial para que os cursos alcancem patamares superiores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa e descritiva. Segundo Gil (2022), esse delineamento permite a análise profunda de fenômenos em seu contexto real. O objetivo é descrever as contribuições da CPA para a gestão dos cursos. A abordagem foca na compreensão dos processos internos e na percepção institucional.

A pesquisa bibliográfica constitui o primeiro estágio para a fundamentação teórica do artigo. Marconi e Lakatos (2021) definem esse método como o levantamento de material já publicado. Foram consultados livros, artigos científicos e a legislação vigente sobre o SINAES. Essa base garante o rigor acadêmico necessário para a discussão sobre avaliação.

A pesquisa documental é utilizada para a análise de fontes primárias ainda não tratadas. Cellard (2020) ressalta que os documentos são testemunhas das práticas sociais e institucionais. O foco recai sobre os registros internos da IES e os relatórios da CPA. Esse procedimento permite diagnosticar o impacto real da avaliação na rotina acadêmica.

Os documentos analisados incluem os Relatórios de Autoavaliação Institucional e o PDI. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2020) destacam a importância desses materiais como fontes de dados. Eles revelam a evolução dos cursos e as

ações tomadas pela gestão superior. Representam a memória oficial dos processos avaliativos realizados na faculdade.

O PPC e as atas de reuniões do NDE e Colegiado também devem integrar o corpus. Lüdke e André (2021) apontam que esses registros capturam as decisões pedagógicas tomadas. A análise busca identificar o alinhamento entre os resultados da CPA e os ajustes curriculares. Esse cruzamento de dados assegura uma visão holística da realidade institucional.

A análise dos dados segue os princípios da Análise de Conteúdo propostos por Bardin (2021). Essa técnica envolve a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Ela permite a categorização das contribuições da CPA para a qualidade dos cursos. Assim, é possível inferir padrões e propor melhorias na percepção discente.

A pesquisa respeita os princípios éticos de transparência e fidedignidade dos dados. Severino (2021) reforça que o trabalho acadêmico deve manter o compromisso com o rigor. O estudo visa contribuir para o fortalecimento da cultura avaliativa na instituição. Os resultados servirão de base para o aprimoramento da comunicação com os alunos.

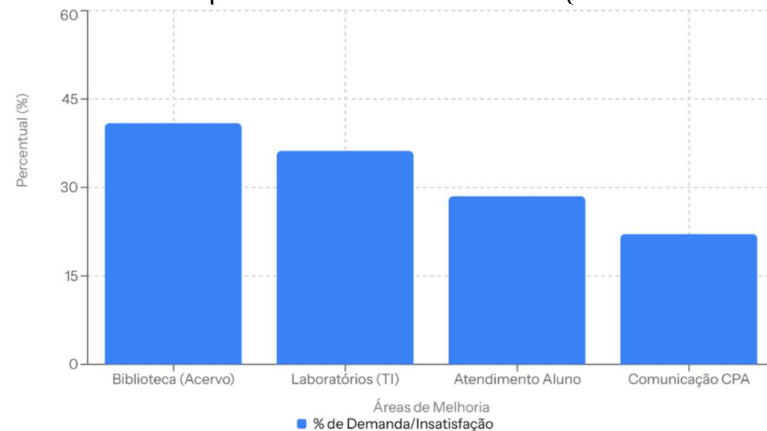
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após análise dos relatórios da CPA nos anos de 2022, 2023 e 2024 e do Plano de Desenvolvimento Institucional foi possível identificar o planejamento acadêmico e investimentos em infraestrutura, o engajamento discente e a cultura da avaliação e a comunicação, a devolutiva e o ciclo de resposta.

4.1 Planejamento acadêmico e investimentos em infraestrutura

O PDI institucional estabelece que a autoavaliação deve nortear a alocação de recursos e o planejamento acadêmico. Segundo Griboski (2022), essa integração entre o diagnóstico da CPA e o plano estratégico é vital para a qualidade. Os relatórios de 2022-2024 confirmam que as críticas discentes sobre o acervo geraram investimentos imediatos. Assim, a gestão utiliza indicadores reais para cumprir as metas de expansão física e tecnológica, conforme se observa no gráfico 1 sobre as principais demandas identificadas nos relatórios de autoavaliação da instituição através da CPA nos anos de 2022, 2023 e 2024.

Gráfico 1: Principais demandas identificadas (CPA 2022-2024)



Fonte: Elaborado pelas autoras

A infraestrutura laboratorial recebeu melhorias pautadas nas demandas identificadas pela CPA e previstas no PDI. Ristoff (2021) argumenta que a qualidade dos espaços físicos impacta diretamente a formação profissional do egresso. No triênio analisado, a modernização dos laboratórios de informática foi uma resposta direta aos índices de insatisfação. O PDI prevê que a atualização tecnológica ocorra por demanda validada pelos dados avaliativos.

O orçamento para a biblioteca, previsto para o quinquênio, reflete o compromisso com as metas do PDI. Bittencourt (2023) enfatiza que o alinhamento financeiro aos resultados da CPA fortalece a gestão acadêmica. A análise documental mostra que a renovação do acervo atendeu às necessidades específicas das disciplinas dos cursos. Essa dinâmica assegura que o investimento produza resultados pedagógicos perceptíveis e eficazes para os alunos.

4.2 Engajamento discente e a cultura avaliativa

O PDI define a sensibilização como etapa fundamental para garantir o acolhimento e a participação no processo. Santos (2023) destaca que a resistência discente muitas vezes decorre da falta de clareza sobre o impacto da avaliação. Os relatórios indicam que, embora a participação média seja de 73%, o entendimento sobre a utilidade ainda oscila. A meta institucional é transformar esse processo em uma cultura avaliativa perene e orgânica. A Figura 1 mostra o ciclo de vida da CPA no processo de autoavaliação.

Figura 1: Ciclo de Vida da CPA - Autoavaliação



Fonte: Elaborado pelas autoras

A análise documental revela que a resistência à participação está ligada à percepção de que a avaliação é um rito burocrático. Zabalza (2020) afirma que o protagonismo estudantil exige que o aluno se reconheça como agente de mudança. O PDI propõe o estímulo à participação em colegiados para fortalecer esse vínculo institucional. No entanto, os relatórios mostram que o engajamento flutua conforme o calendário de provas acadêmicas.

O letramento avaliativo surge como estratégia no PDI para aproximar o estudante da gestão do seu curso. Pasquali (2021) aponta que a satisfação discente está vinculada à percepção de utilidade prática da avaliação. Quando o aluno não vê o resultado concreto, ele tende a se distanciar dos formulários eletrônicos. Por isso, a transparência nos processos de análise é fundamental para consolidar o engajamento discente.

4.3 Comunicação, a devolutiva e o ciclo de resposta

A instituição utiliza a plataforma "Sala de Aula" e redes sociais para garantir a transparência e disseminação dos resultados. Oliveira (2024) ressalta que a comunicação objetiva é a ferramenta mais eficaz para fechar o ciclo de devolutiva. O PDI prevê a divulgação irrestrita dos dados em murais físicos e no site oficial. Essa estratégia visa mostrar ao aluno que suas críticas geram planos de ação mensuráveis.

O conceito de devolutiva é reforçado por estratégias visuais como o uso de "Wobblers" e o "Ciclo da Transformação". Almeida (2025) defende que sinalizar

fisicamente as melhorias nas salas e laboratórios aumenta a credibilidade da CPA. O PDI orienta que os coordenadores discutam os resultados com os docentes para fomentar a qualidade. Essa devolutiva estruturada valoriza o tempo investido pelo aluno ao responder aos questionários.

A consolidação de uma cultura de transparência é o objetivo final da integração entre PDI e CPA. Afonso (2020) discute a importância de naturalizar o ato de avaliar como parte inerente ao fazer educativo. A análise dos documentos mostra que a faculdade busca transformar dados estatísticos em diálogo institucional. Assim, a comunicação assertiva consolida a confiança mútua entre a gestão e o corpo discente. Como se observa no quadro 1: síntese das categorias.

Quadro 1: Comparativo entre metas do PDI e ações executadas pela CPA

Eixo	Meta/Diretriz do PDI	Evidências nos relatórios da CPA	Ações executadas e/ou encaminhadas	Contribuição para os cursos
Planejamento institucional	A autoavaliação como base para o planejamento e para a melhoria contínua	Relatórios vinculam achados avaliativos a planos de melhoria e acompanhamento institucional	Sistematização de demandas, definição de prioridades e encaminhamento de ações pela gestão	Fortalece decisões com base em evidências e aproxima avaliação e gestão dos cursos
Biblioteca	Ampliar e qualificar acervo, acesso e suporte acadêmico	Registros de insatisfação com atualização do acervo e necessidade de melhoria no acesso a materiais	Renovação e ampliação do acervo e revisão das condições de disponibilidade de materiais	Melhora o apoio ao ensino, ao estudo e às disciplinas dos cursos
Laboratórios e tecnologia	Atualizar infraestrutura tecnológica e ambientes de aprendizagem	Demandas recorrentes sobre laboratórios e recursos de informática	Modernização de laboratórios de informática e melhorias em equipamentos e uso acadêmico	Apoia aulas, estudos, atividades práticas e formação profissional
Gestão acadêmica	Integrar resultados da avaliação ao acompanhamento dos cursos e à tomada de decisão	Relatórios mostram uso dos dados para discussão institucional e definição de encaminhamentos	Articulação entre gestão, coordenação, colegiado e setores responsáveis	Favorece ajustes acadêmicos e administrativos mais coerentes com as necessidades dos cursos
Participação discente	Fortalecer cultura avaliativa e sensibilização da comunidade acadêmica	Oscilação na adesão discente e indícios de compreensão limitada sobre a utilidade da CPA	Campanhas de sensibilização, incentivo à participação e reforço da importância da avaliação	Amplia o potencial de escuta institucional e a representatividade dos resultados
Comunicação e devolutiva	Dar transparência aos resultados e às melhorias realizadas	Relatórios mencionam divulgação de resultados e necessidade de tornar ações mais visíveis aos estudantes	Uso de comunicados, redes sociais, plataforma institucional e sinalizações visuais de melhorias	Melhora a percepção discente sobre a utilidade da avaliação e fortalece a devolutiva institucional
Qualidade pedagógica	Promover aperfeiçoamento contínuo do processo de ensino-aprendizagem	Achados avaliativos apontam fragilidades e potencialidades relacionadas aos cursos	Encaminhamento de ajustes pedagógicos e discussão de resultados com instâncias acadêmicas	Contribui para revisão de práticas, acompanhamento dos cursos e qualificação da experiência formativa

Fonte: Elaborado pelas autoras

Com base na tabela comparativa entre as metas do PDI e as ações executadas a partir dos relatórios da CPA, é possível construir uma leitura interpretativa consistente, mostrando que a avaliação institucional não permaneceu apenas no

plano formal, mas serviu como elemento de articulação entre diagnóstico, planejamento e tomada de decisão. Em termos analíticos, a tabela evidencia que as metas previstas no PDI encontram correspondência concreta nas ações registradas pela CPA, especialmente nos campos da infraestrutura, do planejamento acadêmico, da comunicação institucional e do fortalecimento da cultura avaliativa, o que reforça a função estratégica da autoavaliação no desenvolvimento de cada curso.

No eixo da infraestrutura, a interpretação dos dados permite afirmar que o PDI não se apresenta como documento meramente declaratório, pois suas metas relacionadas à ampliação e qualificação de biblioteca, laboratórios e ambientes de aprendizagem aparecem respaldadas por demandas reiteradas nos relatórios da CPA. Essa convergência confirma o que sustenta Ristoff (2021), ao defender que a avaliação institucional ganha legitimidade quando produz efeitos visíveis sobre as condições concretas da formação. Desse modo, a tabela demonstra que as ações voltadas ao acervo bibliográfico, aos laboratórios e aos espaços de apoio ao estudante não foram isoladas, mas integradas a uma lógica institucional de melhoria contínua.

No campo do planejamento acadêmico, a tabela permite verificar que a CPA atuou como fonte de evidências para decisões relacionadas aos cursos, em diálogo com as diretrizes do PDI. Isso significa que os resultados da autoavaliação não apenas identificaram fragilidades, mas também orientaram revisões e encaminhamentos que repercutem sobre a organização didático-pedagógica. Nessa perspectiva, Griboski (2022) afirma que a avaliação institucional só cumpre plenamente seu papel quando seus resultados são incorporados aos processos de gestão e ao planejamento. A leitura integrada dos documentos mostra, portanto, uma relação de complementaridade entre avaliação e gestão acadêmica.

Outro ponto relevante evidenciado pela tabela refere-se à participação discente e à percepção dos estudantes sobre a utilidade da avaliação. Embora os relatórios revelem adesão significativa em determinados períodos, eles também indicam oscilações e resistências, o que sugere que a participação quantitativa, por si só, não garante o fortalecimento da cultura avaliativa. Nesse sentido, Zabalza (2020) destaca que o engajamento estudantil depende de o aluno perceber sentido em sua participação e reconhecer-se como sujeito do processo formativo. A interpretação da tabela sugere, assim, que o desafio institucional não está apenas em coletar respostas, mas em tornar visível ao estudante a utilidade prática de sua contribuição.

A tabela também permite interpretar que as estratégias de comunicação e devolutiva previstas no PDI e desenvolvidas a partir da CPA constituem um elemento central para o fortalecimento da confiança discente no processo avaliativo. Quando a instituição registra ações de divulgação dos resultados, campanhas de sensibilização e mecanismos de retorno à comunidade acadêmica, ela passa a operar dentro de uma lógica de devolutiva, em que a escuta é seguida de resposta institucional. Para Oliveira (2024), a comunicação clara é o elo que transforma a avaliação em prática significativa para o estudante. Assim, a tabela não apenas organiza informações, mas evidencia o esforço institucional de converter dados avaliativos em resposta concreta e comunicável.

Do ponto de vista interpretativo, a articulação entre PDI e CPA sugere ainda que a instituição vem buscando consolidar uma cultura avaliativa, e não apenas cumprir uma exigência regulatória. Isso é importante porque, conforme Dias Sobrinho (2020), a avaliação institucional só se torna formativa quando ultrapassa a lógica burocrática e passa a integrar a vida acadêmica como prática de reflexão, regulação interna e aperfeiçoamento. A tabela mostra indícios dessa passagem ao revelar que as metas do PDI dialogam com problemas efetivamente identificados pela CPA e que as ações executadas tendem a responder a necessidades concretas dos cursos e dos estudantes.

O texto interpretativo da tabela permite sustentar que há coerência entre o planejamento institucional expresso no PDI e os encaminhamentos produzidos pela autoavaliação, o que fortalece a compreensão de que a CPA desempenha papel relevante na qualificação dos cursos. Ao mesmo tempo, os dados apontam que a melhoria da percepção discente ainda depende do fortalecimento das estratégias de devolutiva, visibilidade das ações e aproximação do aluno com a lógica da avaliação. Assim, a tabela comparativa não funciona apenas como recurso expositivo, mas como base empírica para defender que a CPA contribui efetivamente para os cursos quando seus resultados são incorporados à gestão e comunicados de modo claro à comunidade acadêmica.

A diversificação dos canais de comunicação é fundamental para que a devolutiva, alcance todos os estratos do corpo discente de forma eficaz. Segundo Oliveira (2024), uma estratégia de comunicação híbrida e redundante garante que a informação estratégica não se perca no fluxo cotidiano. Não basta apenas gerar o dado avaliativo; é preciso torná-lo onipresente e acessível no ambiente universitário.

Assim, a instituição constrói uma narrativa de transparência que fortalece a confiança e o sentimento de pertencimento.

Essa capilaridade comunicacional permite que diferentes perfis de estudantes recebam a devolutiva de acordo com seus hábitos de consumo de informação. Conforme defende Almeida (2025), a eficácia da devolutiva depende da capacidade da gestão em traduzir relatórios técnicos em mensagens visuais. O uso combinado de mídias físicas e digitais assegura que o ciclo de resposta seja fechado com sucesso. O mapa mental conforme figura 2, detalha as principais frentes de atuação para a consolidação desse ecossistema de transparência.

Figura 2: Mapa Mental das Estratégias de Devolutiva da CPA



Fonte: Elaborado pelas autoras

O mapa mental apresentado sintetiza a capilaridade necessária para que o ciclo de resposta institucional seja efetivo e amplamente percebido. Ao integrar ações físicas, como selos e murais, com estratégias digitais no AVA e redes sociais, a faculdade elimina zonas de silêncio na comunicação. Essa abordagem multicanal transforma o relatório técnico, muitas vezes denso, em uma experiência visual direta e impactante para o aluno.

A convergência entre eventos presenciais e materiais multimídia reforça a mensagem de que a participação discente gera transformações reais na estrutura. O

resultado prático dessa organização é a consolidação de uma cultura avaliativa onde o estudante se sente, de fato, protagonista do processo. Ao enxergar o resultado de sua voz em múltiplos formatos, a resistência à participação diminuiu, dando lugar a um engajamento acadêmico consciente e produtivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais reafirmam a CPA como um vetor estratégico de qualidade institucional. A avaliação deve superar o caráter burocrático para assumir uma função educativa e transformadora na gestão superior. A análise documental demonstrou que o diagnóstico participativo orienta o planejamento acadêmico de forma assertiva. Assim, a autoavaliação consolida-se como um instrumento essencial para a gestão democrática e eficaz.

A integração entre os relatórios da CPA e as metas do PDI revelou-se fundamental para a execução de melhorias. A cultura da qualidade exige o alinhamento entre o diagnóstico institucional e o investimento financeiro planejado. Evidenciou-se que demandas por acervo e laboratórios foram atendidas mediante um planejamento orçamentário rigoroso. Essa convergência documental assegura que a voz da comunidade resulte em avanços institucionais concretos.

O desafio da percepção discente permanece atrelado à eficácia das estratégias de comunicação e transparência. O engajamento estudantil é diretamente proporcional à clareza das devolutivas apresentadas pela gestão acadêmica. A implementação de ciclos de devolutiva, como o modelo proposto, reduz a resistência histórica à participação. Ao visualizar as mudanças, o aluno reconhece o valor de sua contribuição para a excelência dos cursos.

Conclui-se, portanto, que a avaliação institucional deve ser um processo perene e dialógico na educação superior. A consolidação de uma cultura avaliativa exige compromisso ético e a participação coletiva de todos os atores. Este artigo buscou demonstrar que a CPA contribui para os cursos ao transformar dados em conhecimento estratégico. O fortalecimento desse vínculo entre gestão e estudantes é o caminho para a sustentabilidade da qualidade.

FERNANDES, E. A.; FERNANDES, A. C. A CPA como vetor de qualidade: da memória documental ao engajamento discente. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, número especial 3, p. 4-19, nov. 2025.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2020.

ALMEIDA, R. F. **O impacto da devolutiva na percepção discente sobre a CPA**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2021.

BITTENCOURT, H. R. **Gestão acadêmica e avaliação**: o papel do NDE e da CPA. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2004.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2020.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação **educativa**: produção de sentidos com valor de formação. Campinas: Autores Associados, 2020.

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. Porto Alegre: 2024.

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2022**. Comissão Própria de Avaliação (CPA), 2022.

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS. **Relatório de Autoavaliação Institucional Trienal 2021-2023**. Comissão Própria de Avaliação (CPA), 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GRIBOSKI, C. M. **A autoavaliação institucional e a cultura da qualidade**. Brasília: UnB, 2022.

INEP. **Orientações para o Relatório de Autoavaliação Institucional**. Brasília: Ministério da Educação, 2024.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2.ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2021.

MAINARDES, J. **Políticas de avaliação da educação superior**: tendências e desafios. Ponta Grossa: UEPG, 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2021.

FERNANDES, E. A.; FERNANDES, A. C. A CPA como vetor de qualidade: da memória documental ao engajamento discente. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, número especial 3, p. 4-19, nov. 2025.

OLIVEIRA, L. M. **Comunicação e engajamento**: novos rumos para a CPA. Rio de Janeiro: FGV, 2024.

PASQUALI, L. **Instrumentação psicológica**: fundamentos e práticas. Porto Alegre: Artmed, 2021.

POLIDORI, M. M. **Avaliação da educação superior**: o SINAES em foco. Porto Alegre: Mediação, 2020.

RISTOFF, D. **Construindo o SINAES**: a experiência da CONAES. Brasília: INEP, 2021.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. S.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 12, n. 23, 2020.

SANTOS, J. et al. Satisfação e engajamento acadêmico no ensino superior: um estudo multivariado. **Revista de Avaliação Educacional**, v. 34, n. 2, 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2021.

SILVA, M. A. **Pesquisa documental e memória institucional na educação superior**. Curitiba: Appris, 2025.

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2020.